

TESOURARIA DO ESTADO

AS CONTAS DA TESOURARIA DO ESTADO

As operações de recebimento e de pagamento dos organismos públicos efetuadas através da tesouraria do Estado geram saldos de disponibilidades e de responsabilidades. Os quadros seguintes apresentam um retrato desses saldos.

No quadro seguinte, ilustra-se a evolução das contas de disponibilidades, cujos movimentos se refletem diretamente na conta única de liquidação da tesouraria do Estado no Banco de Portugal.

Quadro 12 – Disponibilidades da Tesouraria do Estado
(unidade: EUR milhões)

	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Contas no BdP	2	1	4,743
Apli. Financeiras nas IC	884	1,884	7,567
Contas em Divisas	11	16	21
Contas Cofres Consulares	4	4	4
Contas Receb. IGCP-DUC	137	113	70
Outras Contas Bancárias	4	3	4
Contas Caixas nas IC			
Alfândegas	346	138	88
Serviços Locais Finanças	90	88	104
Contas Caixas do Tesouro			
Alfândegas	3	282	265
Serviços Locais Finanças	50	41	31
Contas Caixas Tesouro			
CTT	35	40	25
SIBS	9	10	17
IRN	2	3	2
Depósitos Externos nas IC	8	13	6
Cheques a Cobrar	4	1	1
TOTAL	1,590	2,638	12,948

FONTE: SGT - Sistema de Contas Correntes

As disponibilidades da tesouraria do Estado, conforme se constata pelo quadro acima, encontram-se essencialmente centralizadas num conjunto de serviços públicos com funções de Caixa, que procedem à arrecadação de fundos, mantendo na sua posse, em limite, o valor correspondente às cobranças do próprio dia. De igual modo, destacam-se as contas de disponibilidades de apoio à tesouraria externa, cujos saldos refletem os últimos movimentos do ano.

Para a observação da evolução das contas de terceiros abertas na tesouraria do Estado, toma-se como referência a adesão dos organismos públicos ao sistema de *Homebanking* (HB) do Estado, que funciona como o suporte informático privilegiado para o adequado cumprimento do princípio de

unidade da tesouraria, estabelecido pelo regime da tesouraria do Estado (RTE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho.

O quadro seguinte ilustra a evolução da utilização da tesouraria do Estado por parte dos organismos abrangidos pelo RTE, através do número de organismos e contas no HB, sistema que pelas suas potencialidades permite a esses serviços um acesso *on-line* às suas contas.

Quadro 13 – Evolução do número de Organismos e Contas no HB

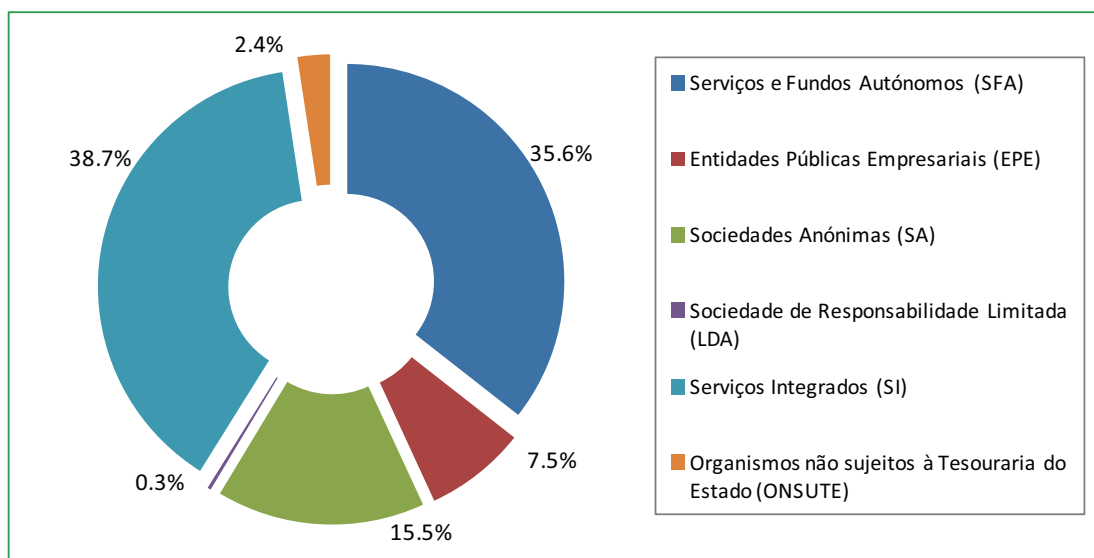
Anos	Organismos	Nº Contas
2007	755	3.498
2008	744	3.697
2009	688	3.526
2010	636	3.355
2011	736	3.556

FONTE: Homebanking

Por força do artigo 77º, da Lei nº 55/2010, de 31 de dezembro, que vinculou as empresas públicas não financeiras ao cumprimento do RTE, assistiu-se em 2011, a um crescimento de 15,7 por cento do número de organismos utilizadores do HB, face a 2010, invertendo-se a tendência de decréscimo evidenciada nesse último ano.

No gráfico abaixo, apresenta-se o peso de cada tipo de cliente do IGCP no total dos organismos públicos utilizadores do HB, em 2011.

Gráfico 15 – Organismos utilizadores do HB em 2011



FONTE: Homebanking

Neste cenário, os Serviços Integrados (SI) e os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) continuam a ser os grupos mais expressivos de utilizadores da tesouraria do Estado, representando mais de 70,0 por cento dos organismos utilizadores do HB. No entanto, e comparativamente com o ano transato, estes serviços evidenciam uma redução do seu valor relativo, no universo dos serviços que usam essa aplicação *on-line* para a execução da gestão dos respetivos fluxos financeiros, a qual ronda os 7% e 6%,

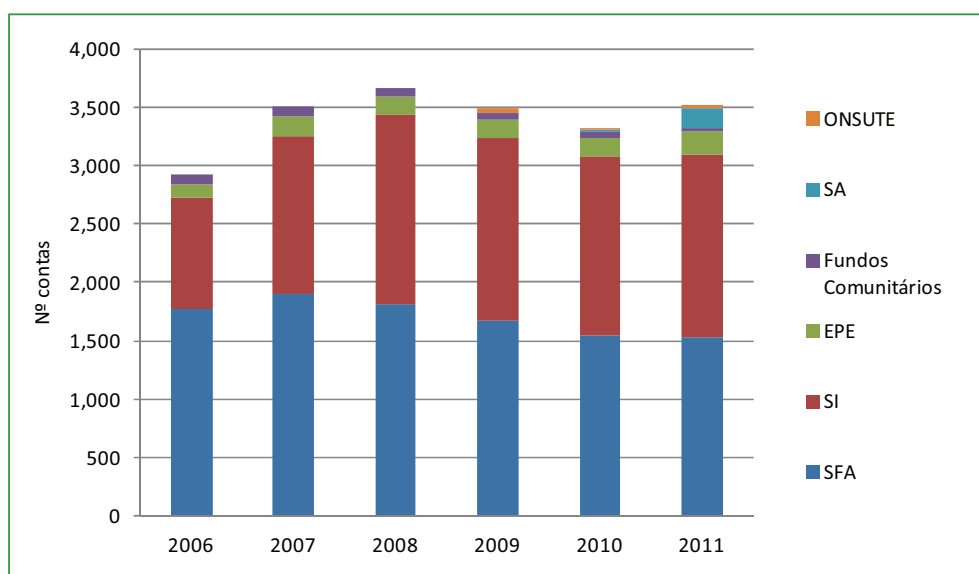
respetivamente. Esta situação reflete as reestruturações, que nos últimos anos, estes serviços têm sofrido, no seguimento de alterações orgânicas introduzidas.

Os Organismos não sujeitos à Tesouraria do Estado (ONSUTE) e as Entidades Públicas Empresariais (EPE) mantêm a sua posição, traduzindo, respetivamente 2,43 e 7,55 por cento dos utilizadores do HB.

Em 2011, as Sociedades Anónimas (SA) passam a ter um peso de 15,5 por cento, contra os 2,0 por cento detidos em 2010, ocorrência que justifica a variação positiva do número de organismos utilizadores da tesouraria do Estado, no ano em reporte.

No que concerne ao número de contas bancárias, em uso pelos organismos públicos sujeitos ao RTE, o quadro abaixo ilustra a sua evolução, em função da tipologia de Cliente.

Gráfico 16 – Evolução do n.º de contas no HB por tipo de Organismo



FONTE: Homebanking

Em 2011, os SI passam a ser as entidades que detêm o maior número de contas bancárias (representando 44,6 por cento do total das contas bancárias de Clientes no HB).

Os SFA, que em 2010 representavam o grupo que detinha o maior número de contas bancárias no HB, em 2011, passam para segundo plano (representando 43,4 por cento do total das contas bancárias de Clientes no HB). Efetivamente, a evolução do número de contas destes dois serviços tem sido em sentidos contrários. Enquanto os SFA têm vindo a reduzir o número de contas bancárias em uso, os SI têm evoluído positivamente, diferindo o número de contas ativas no HB, em 2011, num total de 44.

O número de contas das EPE continua a não apresentar grandes oscilações, representando 5,5 por cento do universo total.

A grande alteração ocorrida em 2011, e que contribui para o aumento do número total de contas (6 por cento) face a 2010, deveu-se ao grupo das SA, que de um ano para o outro, foi responsável pela abertura de mais de 150 contas, dando, assim, cumprimento ao estabelecido pela Lei Orçamental.

Deste modo, os valores de 2011 traduzem o aparecimento de um novo grupo de Clientes, as Sociedades Anónimas, como utilizadores da tesouraria do Estado, o qual pode também ser constatado no quadro seguinte, no que respeita os valores dos excedentes existentes no final de 2010 e 2011.

Quadro 14 – Aplicações de excedentes de Tesouraria – 2010/2011

TIPO DE ORGANISMOS	Depósitos à ordem		CEDIC		CEDIM		TOTAL	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Serviços e Fundos Autónomos	2,041	2,276	4,048	3,190	0	10	6,089	5,475
Entidades Públicas Empresariais	441	346	434	461	0	23	875	830
Sociedades Anónimas	3	289	4	183	0	108	7	580
Serviços Integrados	845	1,155	0	0	0	0	845	1,155
Gestor Comunitário	16	8	0	0	0	0	16	8
União Europeia	163	101	0	0	0	0	163	101
TOTAL	3,510	4,175	4,486	3,834	0	141	7,996	8,149

FONTE: Homebanking

Pela análise do quadro supra, os SFA continuam a ser os organismos que mais fundos detêm no IGCP, no entanto o seu peso continua a decrescer de ano para ano (79,0 por cento em 2009, 76,0 por cento em 2010 e 67,2 por cento em 2011). No final de 2011, quer os saldos à ordem, quer os excedentes aplicados pelos SFA no IGCP apresentavam valores inferiores aos do ano transato, evidenciando um decréscimo de cerca de EUR 600 milhões.

Os excedentes de tesouraria dos SI, no final de 2011, representavam 14,2 por cento dos fundos domiciliados na tesouraria do Estado, tendo, de 2010 para 2011, sofrido um acréscimo de cerca de EUR 310 milhões, invertendo a tendência decrescente que tinham vindo a apresentar desde 2008.

Pese embora em 2011, as EPE sejam responsáveis por 10,2 por cento dos fundos aplicados no IGCP, estes serviços reduziram os excedentes domiciliados na tesouraria do Estado em cerca de EUR 46 milhões face ao ano transato.

As Sociedades Anónimas aparecem em 2011, com um peso de 7,1 por cento do total dos valores aplicados no IGCP, evidenciando um aumento de 570 milhões de euros dos excedentes aplicados entre 2010 e 2011. Saliente-se que 76,5 por cento das subscrições do novo produto financeiro criado em 2011 pelo IGCP, CEDIM, foram efetuadas por estas entidades.

Em termos globais, os valores aplicados na tesouraria do Estado, em 2011, sofreram um acréscimo de cerca de 2,0 por cento, correspondendo a mais EUR 154 milhões que em 2010, para o qual foram responsáveis, em grande parte as SA.

Individualizada, pelo seu caráter específico, a conta da Comissão Europeia (CE), que reflete as transferências financeiras entre Portugal e a UE resultante, por um lado, da contribuição financeira de Portugal para o orçamento da UE e, por outro, do recebimento das participações da União Europeia (UE) no cofinanciamento ou financiamento da aplicação dos fundos estruturais, apresenta os fluxos financeiros para o triénio de 2009-2011, que se podem observar no quadro abaixo.

Quadro 15 – Fluxos financeiros entre Portugal e a União Europeia
(unidade: EUR milhões)

	2009	2010	2011
1. Transferências de Portugal para a U.E.	1,596	1,802	1,762
Direitos aduaneiros e agrícolas	117	131	144
Recursos próprios IVA	236	276	271
Recursos próprios com base no PNB	1,267	1,360	1,257
Compensação ao Reino Unido	128	78	93
Outras saídas	1	4	5
Restituições e reembolsos/Diversos	-153	-47	-8
2. Transferências da U.E. para Portugal	3,583	4,142	4,492
FEOGA-Garantia/FEAGA	724	737	750
FEDER	965	1,528	1,803
FSE	1,010	905	1,143
FEOGA Orientação	109	0	36
FEADER	236	452	487
IFOP	24	3	0
FEP	-	30	19
Fundo de Coesão	457	455	161
Diversos	59	31	93
Saldo global (2-1)	1,987	2,340	2,730

FONTE: Homebanking

A análise do quadro acima permite evidenciar que Portugal tem recebido mais da UE, comparativamente com as participações entregues. Saliente-se, ainda, que no triénio observado o ano de 2011 foi o ano mais favorável para o Estado português.

Em face das alterações verificadas em 2011, pode-se perspetivar a consolidação quer dos organismos Clientes utilizadores do HB, quer dos respetivos fluxos financeiros movimentados na tesouraria do Estado, mantendo-se os índices de cumprimento de unidade da tesouraria do Estado superiores a 90 por cento.

Gráfico 17 – Percentagem de cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado

